

Entre romanizadores e liberais: A Educação moderna na Província do Pará no século XIX

Benedito Gonçalves Costa¹
Sonia Maria da Silva Araújo²

Resumo: Este artigo analisa o cenário educacional do Pará no final do século XIX, com ênfase nas disputas entre liberais e romanizadores pela hegemonia do campo da educação. Apresenta-se a crença ideológica da elite brasileira na educação como meio de transformação social, que chega ao Pará e é articulada à questão da raça. Liberais, defensores da República, se apropriam desse discurso e começam um franco debate nos jornais da capital da Província sobre as condições da instrução pública da região. Romanizadores, ameaçados em perder o poder político que a elite clerical tinha na região, especialmente no campo da Educação, passam a produzir o argumento de que só a igreja católica seria capaz de gerenciar a instrução pública em direção ao progresso e à civilização, contra a barbárie e a degradação.

Palavras-chave: liberais, romanizadores, educação moderna.

¹ Possui graduação em História pela Escola Superior Madre Celeste (2010), Especialização em Educação científica e matemática pela Universidade Federal do Pará (2012), Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (2014). É técnico da Secretaria de Educação do Município de Belém. Atualmente é aluno do curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. E-mail: beneditocosta@yahoo.com.br

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1986), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1997), doutorado em Educação também pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-Doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (2007-2008). É professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará.

Among romanizers and liberals: the Modern education in the province of Pará during the XIX Century

Benedito Gonçalves Costa
Sonia Maria da Silva Araújo

Abstract: The present article analyses the educational scenario in Pará during the late nineteenth century, emphasizing the disputes between Liberals and Romanizers for the hegemony in the educational area. It presents the ideological belief of the Brazilian educational privileged as a means for social transformation that arrives in Pará and is articulated to the issue of race. Liberals, defenders of the Republic, make use of this discourse and start an open debate through the newspapers of the province's capital on conditions of the public education in the region. Romanizers, threatened of losing their political power that the clerical elite had in the region, specifically in the educational matter, defend the point that only the Catholic Church would be able to manage the publishes teaching towards progress and civilization, against barbarism and degradation.

Keywords: Liberals, Romanizers, modern education.

Entre romanizadores y liberales: la Educación Moderna en la provincia de Pará en el siglo XIX

Benedito Gonçalves Costa
Sonia Maria da Silva Araújo

Resumen: Este artículo examina el escenario educativo de Pará, en fines del siglo XIX, con énfasis en los conflictos entre liberales y romanizadores por la hegemonía en el campo de la educación. Presenta la creencia ideológica de la élite brasileña en la educación como un medio de transformación social, que llega al Pará y es articulada a la cuestión de la raza. Los liberales, defensores de la República, se apropiaron de este discurso y comenzaron un debate abierto en los periódicos de la capital de la Provincia acerca de las condiciones de la instrucción pública de la región. Romanizadores, amenazados de perder el poder político que la élite clerical tenía en la región, especialmente en el campo de la educación, comienzan a producir el argumento de que sólo la Iglesia Católica sería capaz de gestionar la instrucción pública hacia el progreso y la civilización, contra la barbarie y la degradación en las necesidades de cualificación para el desarrollo industrial.

Palabras clave: liberales, romanizadores, educación moderna.

Introdução

O presente artigo analisa o cenário educacional paraense no final do século XIX a partir do debate entre liberais e romanizadores, que pretendiam ter a hegemonia do campo da educação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem histórica, que utiliza como fontes documentais jornais, relatórios provinciais e quatro obras bibliográficas.

Os jornais consultados foram: O Liberal do Pará (1877-8), de propriedade do partido liberal; Jornal do Pará (1868), pertencente ao partido conservador; A Estrela do Norte (1863) e A Boa Nova (1877), ambos criados pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa. Os relatórios da Província utilizados foram: o Relatório do Dr. Abel Graça, de 1871; o Relatório do Sr. Dr. José da Gama Malcher, de 1878; o Relatório do Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, de 1880; o Relatório do Sr. Presidente Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, de 1882. As quatro obras bibliográficas são de autoria do Bispo D. Antônio de Macedo Costa: Discurso Pronunciado por D. Macedo Costa na Inauguração da Bibliotheca Publica (1871), Compêndio de Civilidade cristã (1879), Amazônia meio de desenvolver sua civilização (1883), e um livro do Bispo D. Antônio de Almeida Lustosa publicado em 1939, intitulado “D. Macedo Costa (bispo do Pará)”. Importa destacar que o bispo do Pará, de grande poder político, tinha como objetivo a conquista e a hegemonia do campo da educação na região sob a administração da Igreja Católica e é o grande responsável pela produção discursiva da relação entre igreja, educação e modernização (COSTA, 2014).

O artigo está organizado em três tópicos. No primeiro, discorremos sobre a crença da elite paraense (conservadora e liberal) na educação como meio de transformação social, considerando a questão racial como um problema social devido à crença na inferioridade do negro e do índio. No segundo, descrevemos como a Igreja Católica, representada por um de seus maiores expoentes no contexto do século XIX, o bispo do Pará D. Antônio de Macedo Costa, defende uma política de educação moderna sob a regência da Igreja. Também destacamos como o Bispo se apropria de pontos chave da modernidade para incluir a igreja em seu projeto por meio da ideia de que só ela teria condições de promover a educação para a civilidade e o progresso. No terceiro e último tópico, apresentamos o debate sobre a educação laica e o programa de educação moderna sob a gerência do Estado, defendido, principalmente, por políticos liberais radicados na capital da Província do Pará, Belém. Por fim, traçamos

breves considerações sobre as implicações desse debate político para o campo da educação na Amazônia no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

A crença na educação como meio de transformação social

A forte crença na ciência e na educação como possibilidade de se alcançar a civilização e o progresso foi determinante para algumas transformações importantes no país. No campo da ciência, a partir da década de 70 do século XIX, segundo Lília Moritz Schwarcz (1993, p. 38-39), irão circular no Brasil ideias novas devido à reestruturação e à criação de instituições importantes como os Museus (Nacional, Paulista e Paraense de História Natural), os Institutos Históricos e Geográficos, as Faculdades Medicina e Direito. Além dessas instituições, vale também destacar a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1896.

Ainda para Schwarcz (1993), a história dessas instituições e de seus intelectuais iluministas do final século XIX até as três primeiras décadas do século XX não pode ser analisada sem se considerar a questão racial ou o problema da mestiçagem, pois se defendia, entre outras coisas, que a ‘mistura’ de raças no Brasil seria um fator negativo, devido à inferioridade do negro e do índio.

No campo da educação, José Gondra e Alessandra Schueler (2008) mostram que no país, no decorrer do século XIX, foram criadas redes de sociabilidades pelo trabalho de várias instituições como as confrarias, as irmandades religiosas e leigas, as lojas maçônicas, os grêmios, as academias, as sociedades corporativas ou profissionais, as sociedades científicas, literárias, filantrópicas e pedagógicas. Essas instituições ajudaram na divulgação e circulação de ideias e projetos de civilização e educação na sociedade oitocentista.

As instituições escolares nesse período, na visão dos liberais da Província do Pará, obrigatoriamente, deveriam ‘trazer as luzes da instrução ao povo’ para corrigir os erros que a mistura de raças havia promovido. Na concepção destes, era preciso tornar o país uma verdadeira nação, isto é, constituída de ‘homens limpos’, como os brancos, porque são alvos e “puros”. Numa região constituída por uma população predominantemente indígena, havia nos discursos de políticos e intelectuais uma forte crença na educação como instrumento capaz de transformar os homens escuros, portanto, “sujos”, porque tinham, na sua origem e colonização maus hábitos e vícios, em homens brancos, “limpos”, isto é, “virtuosos”.

O próprio paraense José Veríssimo (1857-1916), ainda em Belém, já defendia a tese de que os males de nossa origem estavam localizados na raça (ARAÚJO, 2007). Para Veríssimo, as condições lastimáveis em que o país se encontrava, decorriam do cruzamento de raças degradadas (o índio, o negro e o português), que deram origem a um povo sem cultura. Por conta disso, propunha ainda mais o cruzamento de modo a que se superassem todos os males de origem. Defensor da ideia do branqueamento, Veríssimo via, como nos assegura Bezerra Neto (2002, p. 54), que a mestiçagem subtrairia “os caracteres físicos e morais daqueles considerados inferiores”.

Com objetivo de superar os problemas oriundos dessa origem racial, José Veríssimo vai defender uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, pois, para ele, só assim seria possível formar o caráter e desenvolver um verdadeiro sentimento nacional, que significava progresso. Segundo Veríssimo, a educação seria o único instrumento eficaz para combater o ‘nosso atraso’, condicionado pelas raças degradadas de nossa origem. Essa tese está expressa na obra “A Educação Nacional” (1890), mas, especialmente, em “As raças cruzadas no Pará” (1878) e em “As Populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes” (1887).

Para a elite paraense, não apenas a questão racial se colocava como problema, mas, também, e na mesma medida de importância, o regime monárquico, que, para os liberais, não foi capaz de fazer da instrução pública uma política de Estado em direção à superação do atraso econômico, social e cultural. O discurso do Presidente da Província, Abel da Graça aos políticos da Assembleia Legislativa do Pará nos dá a verdadeira dimensão desse ideário de crença na educação já encampado pelas elites:

Senhores, nenhum país alcançará jamais uma propriedade real sem tomar por guia o desenvolvimento da inteligência. A instrução pública que eu tomo como sinônimo de instrução popular é tão necessária a um povo, como luz que nos faz distinguir uns dos outros: É o farol que ilumina o espírito dos cidadãos e ensinar-lhes a serem bons pais, amigos e bons patriotas. Se a necessidade de instrução é tão imperiosa, o primeiro dever dos que têm a seu cargo promover o bem geral é procurar satisfazê-la. (Pará, 1871, p.13).

Para o deputado provincial João Capistrano Bandeira de Melo Filho (1877), o desenvolvimento da Instrução Pública deveria ser um assunto que prendesse a atenção dos políticos paraenses devido à “influência prodigiosa na civilização e no progresso de qualquer país”. Por isso, em sua opinião, a instrução pública precisava se constituir em programa prioritário de todos os governos. Portanto, para João Capistrano, só a educação do povo poderia possibilitar uma verdadeira transformação na sociedade brasileira. Dizia ele: “somente a instrução pode dar ao cidadão a consciência de seus deveres, imprimir em seus atos o selo de sua dignidade, torná-lo incompatível com o crime e fazê-lo apto para os diversos misteres da vida pública” (PARÁ, 1877, p. 77).

Para o presidente José da Gama Malcher (1878), a Instrução Pública era também um “importantíssimo ramo do serviço público” e, embora ainda não fosse inteiramente satisfatório seu estado na Província paraense, reconhecia que ela vinha progredindo a cada ano. Por isso, sabendo que os poderes públicos vinham reconhecendo a instrução popular como “um dos principais elementos de progresso e civilização”, procurou, segundo ele, em seu governo, fazer tudo que lhe cabia para seu desenvolvimento, para, desse modo, “secundar as vistas generosas e patrióticas do governo imperial e da Assembleia Legislativa Provincial” (PARÁ, 1878, p.66, 67).

O Presidente José Coelho da Gama e Abreu (1880), em relatório apresentado à Assembleia Provincial do Pará, em 1880, vai afirmar que “não é para vivermos uma vida quase brutal que nascemos dotados de inteligência”. Pelo contrário, o papel das pessoas enquanto seres inteligentes, seria o de realizar “um certo ideal por meio do predomínio da livre vontade sobre o instinto”. Mas, também, adverte o Presidente, que essa “liberdade na vontade deve ter forçosamente por principais auxiliares tudo quanto possa esclarecer a consciência, iluminar o espírito, ou outras palavras, a educação é ilustração dos indivíduos” (PARÁ, 1880, p.7).

Para o Presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, o “desenvolvimento da instrução depende em grande parte a facilidade dos indivíduos e a grandeza e prosperidade das nações” (PARÁ, 1882, p. 59). Para esse presidente, era necessário “fazer chegar à instrução a todos os pontos por meio de escolas regulares”. Devido a essa crença no poder da educação, as autoridades, segundo o Dr. Manuel Pinto, apostavam na expansão da instrução pública, que estava entre as principais preocupações dos poderes públicos porque empregavam todos os meios ao seu alcance

para que o ensino público fosse disseminando por todo o país (PARÁ, 1882).

Todo esse suposto investimento foi percebido pelo bispo D. Macedo Costa, que tentou associar esse ideário à igreja ao defender que esta seria a instituição capaz de promover o progresso e alavancar o processo civilizatório na Região.

A crença na igreja católica como promotora da civilização e do progresso.

Entre o clero católico romanizador do Pará, desde o século XVIII, já havia um discurso em defesa da educação como se pode observar no trecho de autoria do Frei Caetano Brandão (1740-1805), bispo do Pará, reproduzido no jornal *A Estrela do Norte*, no qual ele afirmava que “a educação dos meninos é a causa mais recomendável: ao menos ninguém poderá contestar que entra na ordem das primeiras causas que influem no bem de um e outra república, cristã e política” (*A ESTRELA DO NORTE*, 1863 p. 245). Portanto, para ele, qualquer governo para ter sucesso e alcançar a felicidade precisava investir na formação dos “ternos corações da mocidade”, semeado e cultivado em boa terra para se chegar à glória e ao bem sólido da humanidade:

Semei-se bom grão nesta terra ainda fresca e mimosa, cultive-se com zelo e indústria; nem a requeime o ar empestado dos maus exemplos; e logo a republica virá a ser como um ameno jardim povoado de árvores vistosas e frutíferas, quero dizer, de sujeitos que pelas suas belas ações contribuam à glória e ao bem sólido da humanidade (*A ESTRELA DO NORTE*, 1863 p. 245).

Para o bispo D. Antônio de Macedo Costa, entretanto, aquilo que deveria elevar o país à altura de seus destinos encontrava-se deficitário entre nós, pela “falta de uma legítima educação religiosa e política, e por consequência a falta da devida apreciação dos fatos”. Segundo D. Antônio de Macedo Costa essa falta de educação adequada era um “dos maiores males que o homem pensador tem de lamentar entre nós” (*A ESTRELA DO NORTE*, 1863 p. 81). Por isso, ao assumir a arquidiocese do Pará, o Bispo vai se esmerar em tirar o povo das “trevas” e lhe oferecer a luz, isto é, os meios para a civilização. Para tanto, empreenderá uma verdadeira cruzada perante o poder público e as elites conservadoras para que a “lei

do desenvolvimento e a lei do progresso” ficassem sob a responsabilidade da igreja católica (COSTA, 1871).

A “crença na lei do progresso”, vai fazer o Bispo, em discurso pronunciado na inauguração da Biblioteca Pública do Pará, a 25 de maio de 1871, Belém, dizer que a inauguração daquela instituição poderia ser considerada pouca coisa para alguns, mas significava na verdade um bem transcendental que traria fatos imensos porque por meio dela viria uma “causa melhor”, a instrução e com ela a civilização.

Porque, notai, eu não venho chamar as bênçãos da Religião precisamente sobre uma Biblioteca; o que eu abençôo, o que vós todos abençoais comigo, em nome da Religião, em nome da humanidade, é outra causa melhor: _ é a instrução a derramar-se: - é a civilização a expandir-se; é um porvir inteiro a rasgar-se diante de nossos olhos todo iluminado e cheio de esperanças (COSTA, 1871, p.3-4).

Com essas convicções, D. Antônio de Macedo Costa assume a Diocese de Belém e trata de logo reformar o Seminário do Pará e defender que esta se estenda por todos os seminários do país. Para o Bispo, tais reformas iriam ajudar na formação de um clero ilustrado, apto a desenvolver a regeneração moral do país. Isto significa que para ele a formação religiosa e a instrução secular são inseparáveis. Na sua perspectiva, só um clero ilustrado seria capaz de manter em “sólidas bases o edifício da moralidade pública”, por isso a formação religiosa deveria estar à “frente de todas as obras da inteligência e indústria humana, na frase de um moderno economista, semelhante à Arca da Aliança, que marchava diante do povo” (A ESTRELA DO NORTE, 22-03-1863, p. 90). Portanto, para o sustento da religião era fundamental um clero instruído, dedicado, cheio do espírito de sua sublime vocação pedagógica. Segundo D. Antônio de Macedo Costa, um clero instruído não seria apenas importante para a religião e renascimento dos costumes cristãos e clericais, mas também para ajudar na “restauração dos costumes públicos e sociais, princípio de todo o verdadeiro progresso e civilização” (Ibidem).

Para que essa educação do clero fosse possível, o Bispo buscou ajuda financeira do Estado, mas, ao mesmo tempo, repudiava as constantes intromissões deste na administração dos seminários e nos negócios da Igreja. Foram vários os momentos em que D. Antônio de Macedo Costa entrou em debate com os representantes do poder civil, tanto na esfera

provincial quanto na esfera imperial. No livro de D. Lustosa (1930), que trata da vida e obra do Bispo, tem-se a reprodução de vários documentos escritos por ele, dos quais o texto Memória se destaca por expor ao Imperador D. Pedro II questões atinentes aos seminários e à forma como o governo vinha tratando o trabalho eclesiástico. Neste, D. Antônio de Macedo Costa expõe que o Decreto Imperial de nº 3.043 de 22 de abril 1863, que uniformizava os estudos das cadeiras dos Seminários Episcopais, apesar de vir com boas intenções, era prejudicial à Igreja, pois tirava a autonomia dos bispos para contratar professores e escolher os livros que deveriam ser usados nos seminários. Também aproveita para fazer o seguinte desabafo:

Permita Vossa Majestade Imperial que o diga com dolorosa franqueza que devo ter nesta ocasião: de muito, Senhor, os Bispos do Brasil somos contristados com Avisos e Decretos restritivos da liberdade e independência de nosso sagrado ministério; de há muito notamos com magoa a funesta tendência do governo a ingerir-se na economia da Igreja como se procurasse reduzi-la a pouco a pouco à condição de um estabelecimento humano, a um mero ramo de administração cível. Parecem não ser mais os bispos do Brasil que funcionários públicos, sujeitos a conselho de Estado (COSTA, 1863. In: LUSTOSA, 1992, p. 51-52).

Mais a frente do documento, diz o Bispo que o Decreto ofendia a dignidade e os direitos do episcopado brasileiro porque privava os seminários dos benefícios que lhes competia, além de ferir e humilhar o clero, de maneira mais injusta na pessoa dos professores daqueles estabelecimentos de ensino. Depois segue em defesa da autonomia da igreja perante o Estado:

A Igreja não tem que se entender com o governo temporal do Estado; o Estado reciprocamente nada tem que ver com o governo espiritual da Igreja. [...] Ao governo civil, ainda uma vez, cumpre prover sobre o temporal dos Estados; à Igreja cabe a administração das causas espirituais. [...] O governo não pode reformar os Seminários, mas somente fornecer aos Bispos os meios materiais para essas reformas. [...] O Governo não tem direito de ordenar que lhe sejam enviados os compêndios pelos quais se lecionam nos Seminários, pois têm os Bispos missão divina de ensinar a Religião, e ensiná-la com soberana

independência dos poderes do muno (COSTA, 1863. In: LUSTOSA, 1992, p. 54-55, 62).

Com essas palavras, D. Antônio de Macedo Costa defendia perante o Imperador do Brasil o fim do regime do sistema do padroado régio, mas não a separação entre Estado e Igreja. Ele queria o fim da interferência do Estado na gerência dos negócios eclesiásticos, mas permanecia em defesa da igreja católica como religião oficial para não perder privilégios e continuar a receber recursos do governo para as reformas dos seminários.

Para sustentar ainda mais seus argumentos de que cabia à Igreja a administração dos seminários e instituições educativas eclesiásticas, D. Antônio de Macedo Costa cita o Decreto do Concílio de Trento, seção XXIII, capítulo 18, que determinava que os seminários deveriam ser confiados aos bispos, aos quais caberia escolher e aprovar professores idôneos e prescrever o que ensinar. D. Antônio de Macedo Costa também se reporta ao Concílio de Aquiléia, de 1856, que reafirmou a autonomia dos bispos quanto à administração dos seminários e da educação da juventude. De acordo com o Bispo, esse documento defendia que cabia à Igreja a missão de “difundir por toda a parte a instrução, criando escolas gratuitas em benefício da mocidade e inspirando aos maiores gênios o heróico pensamento de se dedicarem ao penoso ensino da classe pobre e miserável” (COSTA, 1863. In: LUSTOSA, 1992, p. 58).

Buscando cumprir os preceitos romanizadores, D. Antônio de Macedo Costa encaminhou vários jovens seminaristas a outros países para estudarem, assim como ajudou outros a continuar seus estudos em instituições seculares no Brasil, como podemos constatar nos textos abaixo, publicados em periódico da Província do Pará:

O abaixo assinado agradece cordialmente todas as pessoas que se dignaram a acompanhar o embarque de seu filho Emiliano Pereira da Silveira Frade, com especialidade ao Sr. D. Antônio de Macedo Costa, que tomou sob sua valiosa proteção recomendando-o para o Colégio da Bahia onde vai continuar seus estudos (JORNAL DO PARÁ, 22-06-1868, p.2).

Desejoso meu prezado filho João Gonçalves Nogueira de seguir os estudos das ciências médicas, eu sentia dificuldades insuperáveis os seus e meus desejos, até que pude encontrar no nosso virtuoso bispo, o exmo. Sr. D. Antônio de Macedo Costa, o único recurso que me faltava para vencer os primeiros passos

[...] Não era possível que eu tivesse meu filho estudando em uma corte, como a do Rio de Janeiro, se não com grande contribuição anual, se não fosse os recursos de proteção que venho de descrever, devida ao meu e muito sábio prezado amigo e virtuoso bispo diocesano o exmo. Sr. D. Antônio (JORNAL DO PARÁ, 11-12-1868, p.2).

Esses depoimentos mostram que D. Antônio de Macedo Costa via a ciência como uma forte aliada da fé na superação dos problemas sociais e espirituais da Província do Pará. Os jovens seminaristas ao voltarem iriam contribuir para a formação de um clero ilustrado e afinado com os princípios romanizadores e, conseqüentemente, influir no comportamento religioso do povo contra o catolicismo popular, que D. Antônio de Macedo Costa via como negativo, vinculado à barbárie e à incivilidade. Para Heraldo Maués (1995, p.17), o catolicismo popular é um “conjunto de crenças e práticas socialmente reconhecidas como católicas, de que partilham, sobretudo, os não especialistas do sagrado, quer pertençam às classes subalternas ou às classes dominantes”. Essas crenças e práticas foram na sua grande maioria forjadas no seio das irmandades religiosas de leigos, como a esmolação com imagens de santos e as folias e festas dos Santos. De acordo com Heraldo Maués (1995, p. 169), embora essas práticas sejam ainda condenadas por muitos como práticas não católicas, “são também esperadas como partes dos festejos dos santos, assim como as rezas, as ladainhas, as missas, as procissões, o arraial, a festa dançante, as brigas, os namoros, e tudo mais que compõe uma verdadeira festa de santo”. Foi esse catolicismo popular que D. Antônio de Macedo Costa tentou combater, formando um clero ilustrado e pautado no catolicismo diocesano. Aos jovens formados nas Academias de Medicina, Direito ou nos demais cursos, e até mesmo aqueles que iam estudar nos seminários, mas que não seguiam a carreira eclesiástica cabia prestar relevantes serviços à região amazônica pela sua condição de cidadão culto:

Alguns dos jovens por ele (D. Macedo Costa) enviados à Europa, não seguiram a carreira eclesiástica, mas vieram a prestar serviços ao Pará, como Felipe e Bernardino Pinto Marques, Antônio Rabelo, Francisco Pinheiro de Queirós e mesmo Frederico Neri, que ficou na França a ali mesmo honrou o Brasil e o Pará (LUSTOSA, 1992, p. 27).

O texto acima demonstra que nem tudo saía como queria o Bispo, ou seja, conseguir um número significativo de padres formados nos seminários europeus, já que vários desses jovens não se tornavam padre, e é possível, que alguns tenham se tornado adeptos da doutrina liberal e dos ideais modernos de educação que, entre outras coisas, defendia o Estado laico.

D. Antônio de Macedo Costa procurava cada vez mais expandir a presença da Igreja no campo da instrução, defendendo uma política educacional para a Amazônia que elevasse o nível da instrução pública na região em direção ao verdadeiro progresso, que, para ele, significava a elevação do país pela formação intelectual e religiosa. Para isso, era necessário inculcar no povo os valores cristãos conforme as diretrizes da Santa Sé. A nota que segue, publicada no jornal da diocese, por um dos cônegos auxiliados de D. Antônio de Macedo Costa, é uma demonstração do esforço do Bispo na conquista desse campo:

Ninguém desconhece os esforços constantes do ilustrado Sr. Bispo diocesano para elevar entre nós o nível da instrução pública. O verdadeiro progresso não se realizará sem uma boa e sólida educação. A mocidade é o porvir, educá-la convenientemente é preparar um futuro melhor (A BOA NOVA, 21-11-1877, p.1).

Ao reformar o Seminário, enviar jovens para estudar na Corte e na Europa, criar o Asilo de N. S. do Carmo (que depois passou a chamar-se Asilo e Colégio de Santo Antônio) e o Instituto da Providência, trazer as Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia da Europa para ensinar as meninas paraenses, D. Antonio de Macedo Costa entra em disputa com os liberais pela hegemonia de um programa educacional para a Amazônia e para o país. O programa educacional católico contra a incivilidade e a barbárie do povo da Amazônia defendido por D. Antônio de Macedo Costa se constituía, entre outras coisas, em “um conjunto de atenções e delicadezas próprias a tornar amável, decoroso e agradável o nosso trato com os outros homens” que ele chamava de “civilidade cristã” (COSTA, 1879, p. 9). Esse modelo de cidadão civilizado estava expresso em obras escritas por ele como em “Deveres da Família” (1877), “Compêndio de Civilidade Cristã” (1879) e “Amazônia meio de desenvolver sua civilização” (1883).

Nessas obras e em outras, o Bispo do Pará apontava o caminho para o desenvolvimento e progresso da Amazônia, cujos princípios estavam

centrados na educação cristã, que significava dar ao povo a instrução escolar e a educação moral pelo ensino da religião católica. Além de incentivar a criação de mais escolas e de criar suas próprias instituições educativas, D. Antônio de Macedo Costa também apresentou em 1883 como já apontamos acima, a obra: “*A Amazônia: meio de desenvolver sua civilização*”, onde defendeu um projeto que ajudaria a “levar” aos mais distantes lugarejos da Amazônia, a luz do evangelho e da civilização. Nesta obra, D. Antônio de Macedo Costa resenha a Amazônia e seu povo: o estado socioeconômico, intelectual e moral, as potencialidades da região e as perspectivas para se alcançar a tão sonhada civilização. O cerne do debate do livro é justificar à elite local, as vantagens de se construir um Navio Moderno (Vapor-Igreja), “um templo flutuante destinado a evangelização do grande vale” (COSTA, 1883, p.5), para ajudar no processo civilizatório da região:

Consiste esta ideia na construção de um pacote a vapor adaptado exclusivamente ao serviço de uma missão permanente no vale do Amazonas. Será um *Navio-Igreja*, um *Templo Flutuante*, que levará a seu bordo um grupo de excelentes Sacerdotes, a percorrerem continuamente em todos os sentidos a imensa rede fluvial do rio-mar, levando às luzes e os socorros do espírito as populações cristãs e pagãs que hoje vivem e morrem completamente ao desamparo (COSTA, 1883, p.13).

Os argumentos iniciais apresentados por D. Antônio Macedo Costa para convencer a população rica da Amazônia a investir no seu projeto Navio-Igreja, trazem a ideia de uma Amazônia com grande potencial econômico, que não só alcançaria a civilização, mas também um elevado nível intelectual e moral se fosse educada na religião cristã. Segundo D. Antônio de Macedo Costa a Amazônia era uma região que vinha atraindo cada vez mais a atenção do mundo, não só pela incomparável beleza e espetáculo da natureza, mas também pelo seu grande potencial econômico: “A ciência, a indústria, o comércio começam a descobrir o recôndito e opulento tesouro de riquezas naturais, encerradas nesta bacia Amazônica, que poderá alimentar um dia a fartar cem milhões de criaturas humanas” (COSTA, 1883, p.3).

Para desenvolver a Amazônia, o Bispo do Pará apostava em um programa educacional que mesclava instrução escolar, educação moral pelo ensino da religião católica e ensino técnico-científico. Esse programa

católico, como bem mostra Manoel (2008), estava fundamentado numa teoria de educação conservadora, denominada por ele de “*teoria dos círculos concêntricos*”, que começava com a educação da menina para se tornar “mãe cristã de filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para sociedade cristã”, e alcançar, em breve espaço de tempo, a recristianização da sociedade moderna (MANOEL, 2008, p. 58). Por esse programa, a fé e a razão “andariam de mãos dadas” sendo, portanto, a educação pela fé a mais importante.

Educação laica em debate: o programa de educação moderna sob a gerência do Estado.

Diferentemente do que pregavam os católicos, os liberais defendiam em seu programa uma educação moderna, cujos princípios estavam pautados nos ideais positivistas e liberal, fundados na separação entre Estado e Igreja, portanto, na educação laica e gratuita sob a gerência do Estado.

Na Província do Pará, no contexto dos anos 70 a 80 do século XIX, o partido liberal era dirigido pelos senhores João de Medeiros, Dr. José da Gama Malcher, José de Araújo Roso Danin e José Coelho da Gama e Abreu (NEVES, 2009, p. 126). Os três últimos chegaram a ocupar o cargo máximo na gestão da Província do Pará (COSTA, 2014) e tornaram-se combatentes dos romanizadores como na famosa “questão nazarena”³ (MONNERAT, 2009). No jornal *O Liberal do Pará* criado em Janeiro de 1869, há vários exemplos de como os liberais do Pará pensavam e queriam uma educação para a Amazônia e para o Brasil, mesmo com todo o poder que a igreja católica exercia na região.

Em *O Liberal do Pará* críticas ao sistema educacional do Império brasileiro e manifestações em defesa de uma proposta moderna de educação são exaustivamente publicadas. No texto *Instrução Popular: A primeira Educação*, de 12 de fevereiro de 1878, S. de C. argumenta que a reforma política não seria suficiente para se chegar a um país civilizado e próspero e que era preciso também uma reforma no sistema educacional. As explicações dadas são de que para se atingir o progresso não se poderia deixar de tratar da educação moral, dos costumes e dos hábitos, pois estes

³ Cf: MONNERAT, Patrícia Carvalho. Festa e conflito: D. Antônio e a questão nazarena (1861-1878). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Pará, 2009.

estariam corroborando a barbárie, a criminalidade. Ignorância e miséria são apontadas como as grandes responsáveis pela violência no país e não a falta de crença religiosa (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1).

A proposta dos liberais para resolver o problema da “delinquência juvenil” era mais investimento na construção de *jardins de infantes* e *escolas*, ao invés de hospitais, hospícios e prisões como vinha fazendo o governo imperial. Para os liberais, “se houvesse jardins de meninos e escolas em maior número, não haveria necessidade de tantas prisões e hospitais” (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1). Eles também defendiam uma reforma que atingisse não somente a estrutura física das escolas, mas a prática pedagógica. Queriam os liberais mais escolas, mas não qualquer escola; queriam escolas “um pouco menos imperfeitas do que as que possuímos”; queriam mais professores (de preferência professoras) para atender às crianças menores, mas não qualquer professora. Reivindicavam professoras mais preparadas pedagogicamente: “um pouco mais iniciadas no segredo da pedagogia”, pois disso dependia “a regeneração de nossa sociedade” (Ibidem).

Diante disso, propõem os liberais que se construa, e se multiplique, por todo país jardins de meninos (creches) para oferecer à infância brasileira a primeira educação, considerada por eles a base a ser erguida para uma mudança decisiva no futuro do país. Entretanto, não acreditavam muito na possibilidade de que suas reivindicações fossem atendidas, pois manifestavam grande descrença em relação aos “nossos homens de estado” e suas formas de governar. Céticos, colaboradores de *O Liberal do Pará* denunciavam que os políticos davam “profundos golpes na verba da instrução, a pretexto da economia” ao reduzir o número de escolas, diminuir o salário dos professores e ampliar a arrecadação de impostos e o desperdício do dinheiro público (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1).

No texto “*A instrução publica nos Estados Unidos*”, publicado também no jornal *O Liberal do Pará*, em 10 de janeiro de 1877, têm-se a um só tempo a crítica ao sistema educacional brasileiro e a exaltação dos modelos americano e prussiano de educação pública, considerados referência de educação moderna para o mundo.

Nos Estado Unidos, segundo os liberais, a implantação do sistema moderno de educação possibilitou as seguintes melhorias: valorização dos professores que passaram a ser mais bem remunerados; aumento dos gastos públicos com as escolas públicas; a criação da Lei da Instrução para

todos. Essa lei, que possibilitou a criação do “sistema de escolas gratuitas” em 1846, previa a gratuidade da instrução a todas as crianças e material didático como livros, papel, penas, tintas, lápis, etc. Apontam também os liberais, que a Lei da Instrução Pública nos Estados Unidos expandiu seu atendimento com o aumento de alunos matriculados na idade entre 4-21 anos, distribuídos em 13.000 escolas municipais, colégios e universidades, além de destacarem o aumento do número de mulheres no magistério atendendo às crianças menores. Embora ganhassem menos que os homens, os liberais entendiam a inserção da mulher no ofício docente como um avanço do estado moderno, assim como a extinção do ensino religioso. No tocante a este particular, os americanos, ainda politicamente pressionados pela igreja protestante, determinaram que apenas no início das aulas se fizesse a leitura de um capítulo da Bíblia, sem comentários ou explicação do texto lido, mas não admitiam que textos bíblicos servissem como conteúdos de aulas (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1877, p. 1).

No tocante às questões pedagógicas e administrativas, nos Estados Unidos foi criada uma espécie de “conselho escolar”, as chamadas “juntas locais de instrução” eleitas anualmente pelos moradores dos distritos ou cidades. Essas juntas tinham como atribuições receber e distribuir subsídios, vigiar e inspecionar “tudo o que é concernente a essa importantíssima função social”, inclusive fiscalizando a aptidão dos mestres e professores no tocante ao ensino (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1877 p. 1).

A Prússia⁴ era também apontada pelos liberais como exemplo de Estado que adotou um sistema moderno de educação e alcançou excelentes resultados. Ressaltavam esses liberais nos jornais da capital da Província do Pará, Belém, o elevado cultivo intelectual dos prussianos e o número de pessoas alfabetizadas em seu território. De cada cem habitantes, destacavam que apenas cinco ou seis eram analfabetos. Já a respeito dos antigos Estados Pontifícios, denunciavam seu conservadorismo. Apresentavam estes como modelo de atraso no campo da instrução

⁴ A Prússia foi uma região histórica da Europa que fazia fronteira com a costa sudeste do mar Báltico. Era conhecida por seu poderoso exército. Após séculos de conquistas, uniões e separações, deu origem ao Império Alemão em 1871, e a Prússia tornando-se parte do Império Alemão. Atualmente o território da antiga Prússia corresponde aos estados da Estônia, Letônia e Lituânia e uma parte da Polônia. <http://escola.britannica.com.br/article/482294/Pr%C3%BAssia>

pública, com altos índices de analfabetos (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1877 p. 1).

Para D. Antonio de Macedo Costa e para o clero romanizador da Amazônia o que os liberais apontavam como progresso era um embuste. No texto “A instrução liberal é sinônimo de imoralidade”, publicado no jornal *A Boa Nova* em 1º de setembro de 1877, coloca-se em descrédito a tão propalada educação moderna dos liberais. De acordo com os romanizadores a máxima liberal de que “a Instrução é a única fonte da moral” não passava de uma grande farsa (A BOA NOVA, 01-09-1877, p. 1).

De acordo com os editores e colaboradores do citado jornal, a defesa dos liberais de que o investimento em construção de escolas e o fomento da instrução pública seriam suficientes para diminuir os gastos com a construção de cadeias era um grande engano. Para os católicos e a elite conservadora da cidade de Belém somente a leitura de jornais e bons livros para o livre pensamento não eram suficientes para se alcançar o verdadeiro progresso porque faltava moralidade pública. Rebatiam, principalmente os padres romanizadores, a ideia de que a Prússia era um bom modelo a ser seguido ao argumentar que no campo da moralidade o território prussiano era uma vergonha (A BOA NOVA, 01-09-1877).

Para confirmar sua posição, os padres que publicavam no jornal *A Boa Nova* citam um escritor francês chamado Sr. Sarcey apresenta informações de um autor alemão sobre o estado amoral daquele país. De acordo com o Sr. Sarcey, o relatório de 1872 do governo alemão dizia que, apesar dos progressos da instrução pública, nenhuma melhoria se conhecia no estado moral; antes, pelo contrário, havia nele constante progresso para crimes, suicídios e corrupção. Por intermédio do Sr. Sarcey, divulga-se que na Prússia havia aumentado a criminalidade entre as mulheres (especialmente a prática do infanticídio), o número de mortes e a violência de um modo geral, esta última associada ao uso de bebida alcoólica e à diminuição da longevidade (A BOA NOVA, 01-09-1877).

Também são apresentados outros problemas identificados pelo Sr. Sarcey na sociedade prussiana como causadores da desmoralização: aumento da prostituição, agravamento de doenças, ampliação no número de divórcios, corrida desenfreada e gananciosa a grandes fortunas e valorização da aquisição de bens materiais em prejuízo da elevação espiritual. Diante disso, os padres romanizadores concluem:

Eis aqui até onde tem chegado “o mestre escola” da Alemanha. Eis aqui o quadro verídico das virtudes protestantes. Eis aqui como sobe o nível da moralidade com o nível da instrução primária. Eis aqui os resultados que se tem obtido pelo cultur-kampf (luta pela civilização). Expulsaram-se os jesuítas da Alemanha, os vícios precipitam-se ali em tropel. Tínhamos previstos com antecedência. E que não venham falar-nos mais em moral independente. Nós temos o Sr. Sarcey por nós (A BOA NOVA, 01-09-1877, p. 1).

Ao mesmo tempo em que procuram desmoralizar o discurso liberal, e seu programa de educação moderna, a Igreja católica, na pessoa do bispo D. Antônio de Macedo Costa e de seus padres auxiliares, chamava unicamente para si a responsabilidade pela educação do povo. Ao dizer que num país protestante como a Prússia o sistema de educação moderna não funcionava, os romanizadores estavam dizendo (em outras palavras) ao povo da Amazônia e do Brasil: não coloquem seus filhos nas escolas dos protestantes! Não aceitem a instrução pública sem a educação religiosa católica! Não há educação moderna sem a contribuição da Igreja Católica!

Na concepção dos romanizadores, a verdadeira civilização só se alcançaria se a Igreja Romana fosse a suprema educadora do povo. Por isso, D. Antônio de Macedo Costa, durante seu pastorado na Amazônia, tentava convencer a todos de que para trilhar o caminho do progresso e da civilização era preciso que a educação ficasse sob a responsabilidade da Igreja católica porque só ela seria capaz de elevar, simultaneamente, o nível intelectual e moral necessário ao bem-estar econômico.

Considerações finais

Como se pode constatar havia na segunda metade do século XIX na Amazônia paraense um consenso entre liberais e romanizadores de que a educação era, se não o único, o melhor caminho para “salvar” o país do “atraso” em que se encontrava. No entanto, havia divergência sobre quem deveria gerir a instrução pública e como o ensino deveria acontecer.

Para os padres romanizadores, sob a liderança do Bispo D. Antônio de Macedo Costa, a instrução escolar deveria seguir a mesma lógica do regime do padroado: o Estado financiava e a Igreja executava, como historicamente vinha acontecendo na Colônia e Império brasileiro, onde as ordens religiosas católicas administravam as poucas escolas que existiam. Para os liberais, entretanto, a educação na Província paraense precisava estar sob a gerência do Estado. Na visão dos liberais, o Estado deveria

promover a instrução escolar com as seguintes medidas: aumentar a oferta de vagas, construir novas escolas, contratar mais professores (principalmente professoras) para educar os “infantes”, remunerar melhor os docentes e formar adequadamente os profissionais da educação para que o ensino fosse mais eficaz.

Defendiam ainda os liberais uma educação laica, que rompesse de vez com o projeto de educação colonial sob o poder da igreja, que o Império não conseguiu acabar. No entanto, ao assumirem o poder os liberais tiveram que negociar com os vários setores da sociedade e inclusive mudar alguns discursos para ganhar apoio popular. Os relatórios dos presidentes da Província do Pará José da Gama Malcher, José de Araújo Roso Danin e José Coelho da Gama e Abreu, que eram liberais apontam essa mudança porque esses políticos teceram elogios e deram apoio financeiro ao trabalho educativo desenvolvido pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa, com destaque para o trabalho das freiras Dorotéias na gestão do Asilo de Santo Antônio.

No regime republicano iniciado no final do século XIX, apesar de uma das bandeiras de lutas desse movimento ser a educação laica e sob a gerência do Estado, permaneceu no regime republicano paraense uma relativa parceria entre Estado e Igreja na gestão desse campo, pois se manteve o apoio às instituições educativas mantidas pela Igreja. Além disso, foi permitido que as novas ordens religiosas femininas vindas da Europa como, por exemplo, as *Filhas de Santana*, assumissem instituições pertencente ou administrada pelo Estado como o Colégio Gentil Bitencourt, antigo Colégio do Amparo dedicado ao ensino do sexo feminino.

Apesar dos liberais estarem em disputas constantes contra os romanizadores como nos casos das famosas “questão dos bispos” e “questão nazarena”, prevaleceu no campo da educação paraense uma relativa aliança entre Estado e Igreja, estendendo-se até as primeiras décadas do regime republicano.

Referências

Fontes

COSTA, D. Antônio de Macedo. *Discurso Pronunciado por D. Macedo Costa na Inauguração da Bibliotheca Publica (1871)*. Disponível:

Arquivo público do Estado do Pará: Guia de discursos, Falas, Mensagens e Relatórios. 2010. Estaduais nº 5.

COSTA, D. Antonio de Macedo. *Compêndio de Civilidade cristã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915 [1879].

COSTA, Antônio de Macedo. *Deveres da Família*. Leituras Católicas, nº 193. Ano XVII – Janeiro, Fascículo I, 1877.

COSTA, D. Antonio de Macedo. *Amazônia meio de desenvolver sua civilização*. Pará: Typ. Do Livro do comércio de Antônio Braule Freire da Silva, 1883.

Jornal O Liberal do Pará (1869 a 1889). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

Jornal do Pará (1867– 1878). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

Jornal A Estrella do Norte (1863 – 1869). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

Jornal A Boa Nova (1871 - 1883). Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR).

LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *D. Macedo Costa (bispo do Pará)*. Coleção: Lendo o Pará nº 13. Belém: SECULT, 1992.

Pará. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17.a legislatura pelo Dr. Abel Graça, presidente da Província. Pará, Typ. do Diário do Grão-Pará, 1871. Disponível em: *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

Pará. Relatório com que ao Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1.o vice-presidente, passou a administração da Província do Pará o exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878. Pará, Typ. Guttemberg, 1878. Disponível em: *Center for Research Libraries*

Global Resources Network:

<<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

Pará. Relatório apresentado pelo excelentíssimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da Província, á Assembleia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880. Disponível em: *Center for Research Libraries Global Resources Network:*

<<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

Pará. Relatório com que o exmo. Sr. Presidente, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da Província ao exmo. Sr. 1.o vice-presidente, Dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do "Liberal do Pará," 1882. *Center for Research Libraries Global Resources Network:* <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em 02 de novembro de 2012.

Bibliografia

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva Araújo (org.). *José Veríssimo: raça, cultura e educação*. Belém: EDUFPA, 2007.

COSTA, Benedito Gonçalves. *A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém-Pará (1878-1888)*. 2014. 156f. Dissertação (mestrado em Educação), Universidade do Estado do Pará, UEPA, Pará.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins fontes, 1999.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. *José Veríssimo e a Educação Nacional*. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). *José Veríssimo, Raça, Cultura e Educação*. Belém: EDUEPA, 2007.

GONDRA, José Gonçalves e SHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo. Cortez, 2008.

LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *D. Macedo Costa (bispo do Pará)*. Coleção: Lendo o Pará nº 13. Belém: SECULT, 1992.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação (1859 – 1919): uma face do conservadorismo*. Maringá: EDUEM, 2008.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia. Belém, CEJUP, 1995.

_____, Raymundo Heraldo. *Uma outra invenção da Amazônia*. Belém: Cejup, 1999.

MONNERAT, Patrícia Carvalho. *Festa e conflito: D. Antônio e a questão nazarena (1861-1878)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Pará, 2009.

NETO, José Maia. *Os males de nossa origem: o passado colonial através de José Veríssimo*. In: BEZERRA NETO, José Maia (org.). Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

NEVES, Fernando Arthur de Fretas. *Solidariedade e Conflito: Estado Liberal e Nação Católica no Pará sob o Pastorado de Dom Macedo Costa (1862 – 1889)*. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930*. São Paulo. Companhia das letras, 1993.

VERISSIMO, José. *Educação nacional*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.

_____. *As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes*. In: Revista Trienal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1887.

VERÍSSIMO, José. *As raças cruzadas no Pará*. In: *Primeiras Páginas: Viagens ao Sertão, Quadros Paraenses e Estudos*. Belém, Typografia Guttemberg, 1878.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.